



**ATA Nº 115 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017**

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

Ata de reunião realizada na sede do PREVIGUABA, ao dia 10 do mês de novembro de 2017, às 10:00, dado início a reunião, a Sra. Rosana Aparecida Rodrigues Alves - Presidente do Comitê de Investimento, agradece a presença de todos presentes. O ano de 2017 poderá ser visto do ponto de vista econômico sob dois aspectos interessantes, complementares mas ainda não concluído: o fim da recessão e as reformas estruturais que o país tanto carece. O país pode comemorar o fim da recessão técnica que assola o país desde o segundo semestre de 2014 por conta dos desmandos da presidente Dilma Rousseff. Contudo, a economia real, diferente da apresentada pelos números, ainda sentem os efeitos da pior crise recessiva da história do Brasil: desemprego em alta, crescimento muito baixo do PIB e inflação “das compras do dia-dia” em alta. Após qualquer ciclo recessivo, as contratações de trabalhadores são sempre uma das variáveis que mais demoram a se recuperar. O ano de 2017 evidenciou muito bem as dificuldades que o mercado de trabalho enfrenta para se recuperar. No entanto, os números são camuflados, pois muitos trabalhadores estão empregados na ilegalidade ou no mercado informal que não entram nos números oficiais. O fato é que a lenta recuperação da economia ao longo do ano, principalmente no segundo semestre, não foi ainda capaz de impulsionar o mercado de trabalho de forma a diminuir de forma consistente o número de trabalhadores desempregados. O crescimento baixo do PIB (provavelmente inferior a 1%) é uma vitória visto que o país vinha de dois anos consecutivos de queda no crescimento da economia. Contudo, é anêmica ainda essa taxa o que evidencia a lenta recuperação da economia. A arrastada retomada da economia brasileira encontra guarida na aprovação do teto de gastos pelo governo federal (um Leviatã tupiniquim – mal necessário) o que exclui ou melhor, diminui a participação do governo na demanda agregada na economia e na elevada capacidade ociosa das indústrias e no receio dos empresários o que pode ter sido decisivo para a postergação de investimentos produtivos. A “inflação do dia-dia” é aquela sentida pelas pessoas que estão com frequência nos supermercados, postos de gasolinas, distribuidoras de gás, enfim aquela sentida pelos donos e donas de casa. A despeito dos números oficiais cravarem uma inflação de 3,0%, a inflação real parece sempre maior. As constantes oscilações nos preços dos combustíveis e dos gases, fruto da nova (e acertada) política de preços da Petrobras e as oscilações de alimentos, bebidas, produtos de limpeza nos supermercados, trazem a impressão à sociedade que a inflação não é tão baixa como a propalada pelos dados oficiais. Isto pode desacelerar o ímpeto do

consumo ou até mesmo reduzi-lo afetando a retomada da economia. Analisando essas variáveis macroeconômicas podemos inferir alguns spillover (transbordamento) para níveis mais microeconômicos. O setor de serviços deve encerrar o ano de 2017 com resultados muito sofríveis, ao contrário do comércio varejista que parece estar se recuperando mais rapidamente e a agricultura que, em virtude da ótima safra que o Brasil teve, garantirá bons resultados para o setor além de colaborar decisivamente para os bons resultados externos do país (balança comercial e por conseguinte nas transações correntes). Mas 2017 não foi um ano só de “tragédias” econômicas. Conseguimos atingir a menor taxa de juros nominal da nossa história (7,0%) e provavelmente fecharemos os números da inflação em um dos seus menores patamares nos 517 anos de história desta nação. A reforma trabalhista foi aprovada e entrou em vigência a partir de novembro mas ainda é cedo para qualquer avaliação de resultado. Ela foi importante sob vários aspectos, garantindo maior flexibilidade nas contratações e menores custos e burocracia nas demissões. Ponto importante foi o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical. No entanto, aperfeiçoamentos são sempre necessários. A reforma política foi feita de maneira bastante tímida e sem mudanças significativas que tenham grandes impactos para a sociedade no curtíssimo prazo. Mas está ainda muito aquém das reais necessidades do Brasil. Temos a perspectiva Do ponto de vista econômico a tendência é que o PIB cresça de maneira mais significativa, consolidando a recuperação que iniciou-se em 2017; a inflação deve se manter extremamente dentro do aceitável o que deverá implicar em manutenção da taxa de juros em patamares tão ou mais baixos que os atuais. O mercado de trabalho deve reagir positivamente também com uma aceleração da recuperação econômica. Do ponto de vista das reformas, a votação da reforma da Previdência será feita em Fevereiro pelo Congresso. É necessária mas carece de muitas mudanças para se adequar à realidade do Brasil e acabar com os privilégios de muitas “castas”. Seria muito bem vindo uma maior discussão sobre o assunto com a sociedade, sem partidarismo, mas pensando apenas no futuro do país. 2018 ainda reserva eleições majoritárias. O executivo nacional tem vários aspirantes ao posto, nenhum com capacidade, qualidade para fazer uma grande mudança no país uma vez que o legislativo provavelmente continuará podre e barganhando seus interesses para ceder migalhas ao novo presidente Nada mais havendo a tratar eu Vanessa da Silva Ferreira dos Santos, lavrei e assino à presente Ata juntamente com os demais presentes que assim quiseram assinar, Iguaba Grande/RJ, 10 de novembro de 2017.

Vanessa da Silva Ferreira dos Santos - Secretária



Rosana Aparecida Rodrigues Alves - Presidente do Comitê de Investimento.



Victor Medeiros Mendes da Silva - Membro



Rogério Maia Vieira - Membro



Allan Simonaci - Membro

